

O ESTREITO E PERIGOSO CAMINHO DO MEIO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Mais!, Folha de S.Paulo, April 2, 2000.

Depois de 20 anos de quase-estagnação a economia brasileira começa afinal a sair da letargia. O desencadeamento da crise, no início dos anos 80, decorreu das distorções causadas pela estratégia nacional-desenvolvimentista; a demora em superá-la pode ser explicada em grande parte pela incapacidade de pensar o Brasil da interpretação neoliberal e globalista. E durante todo esse período o Brasil se tornou ainda mais injusto. Diante disto tudo, a pergunta: haverá uma terceira interpretação para o Brasil, menos alienada, mais capaz de orientar a ação?

Acredito que existe. E que essa interpretação é social, liberal, e nacional. Para justificar o que digo procurarei repensar mais uma vez o Brasil. País grande, introvertido, sua economia, sua política, e sua sociedade, têm sido pensadas e repensadas por todos nós. Sempre combinando a paixão com o espírito analítico possível. Eu já fiz muitas vezes esse exercício, mas vou tentá-lo mais uma vez, ciente das limitações do espaço curto e dos perigos do terreno minado que devo percorrer.

O Brasil pode ser visto pelo menos sob quatro ângulos: o econômico, o político, o social, e o da auto-identidade. Em cada um dos aspectos existem consensos. No plano econômico sabemos que Brasil é um país industrializado, mas subdesenvolvido; no político, que é democrático mas elitista; no plano social e racial, que é uma sociedade mestiça, heterogênea e injusta; no plano psico-social, que é um povo não-contratual, tão cordial quanto violento.

Mestiço e Não-Contratual

Como todos os países americanos, o Brasil é uma nação construída pelo Estado, é uma mistura de raças e etnias organizada politicamente, ao invés de ter sido definida a partir da identidade de raça, língua e tradições, como as nações independentes européias. Aqui nossa heterogeneidade já começa com a coexistência de quatro raças e uma infinidade de etnias. Os americanos costumam dizer de sua nação que é um *melting pot*. A nossa também o é, e quanto!

O Brasil é um país mestiço. O desejo das elites brasileiras de que nos tornássemos uma nação branca foi abandonado depois que Gilberto Freyre teve a coragem de reconhecer, e mais, de fazer o elogio do caráter mestiço dos brasileiros. Centrou seu primeiro grande livro no extraordinário processo de miscigenação levado a cabo pelos homens portugueses e as mulheres índias e as negras, através do qual se povoou o Brasil. A miscigenação continuou com os imigrantes europeus, no século dezenove, e os asiáticos, no século vinte. Mas depois de Casa Grande & Senzala o complexo de inferioridade racial perdeu força. Passamos, antes, a ter orgulho de nossas origens: não apenas das índias, mas também negras.

Nem por isso o Brasil se tornou uma democracia racial. O preconceito contra o negro continua vivo. Mas há um razoável entendimento entre as raças, e, o que é mais importante, existe um mito de harmonia racial, que, conforme notou Caetano Velloso, pode não ser verdadeiro, mas é um patrimônio da vida brasileira. Através dele podemos estar jogando o jogo do faz de conta, mas também estamos tentando transformar em verdade nossos desejos de igualdade.

A sociedade brasileira, ao contrário das sociedades nos países ricos, não é contratual. Temos ainda dificuldade em nos pautar por princípios gerais abstratos, e por acordos estabelecidos com clareza. O jeitinho brasileiro e a nossa malandragem são as manifestações mais óbvias do nosso não-contratualismo, que nos torna pouco confiáveis. Mas, em compensação, nos imaginamos simpáticos e cordiais, confirmando a observação de Livia Barbosa de que dispomos sempre uma característica positiva no plano das relações sociais para compensar as carências ou o caráter negativo de nossa identidade nacional.

Somos cordiais, seguindo Sérgio Buarque de Holanda, mas nem por isso deixamos de ser violentos. Uma cordialidade e uma violência que fazem parte das contradições

insolúveis do mito fundador brasileiro, do seu caráter paradisíaco mas profético, harmonioso mas mergulhado na injustiça, que Marilena Chauí tão instigantemente analisou por neste Mais! (26.3.2000).

Colonial e Subdesenvolvido

País periférico, cujas heranças são a colonização por um Portugal decadente, o latifúndio e a escravidão, o Brasil é marcado pelo complexo de inferioridade colonial. Um sentimento que os intelectuais do ISEB, especialmente Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, analisaram tão bem nos anos 1950, mas que continua mais vivo do que nunca. Poderíamos esperar que esta alienação cedesse com o desenvolvimento. O sentimento de inferioridade, porém, é relativo. A economia brasileira cresceu nestes 50 anos, mas as economias dos países ricos desenvolveram-se muito mais, e o fosso entre nós e os ricos apenas aumentou.

Resulta daí uma inferioridade objetiva que se transforma, irracionalmente, em renúncia à própria identidade. Para os cidadãos dos países ricos seu nacionalismo é tão intrínseco que sequer tem nome. Um cidadão francês, como qualquer outro de país desenvolvido, não precisa se afirmar nacionalista porque é óbvio para ele que seu governo deve defender os interesses do trabalho e do capital nacional. Já no Brasil, como nos demais países subdesenvolvidos, nosso complexo de inferioridade colonial nos leva a por em dúvida a questão. Em consequência, ou damos ouvidos à ideologia neoliberal e globalista, que funciona para os países ricos apenas como ideologia de exportação, e nos entregamos à política alienada do *confidence building*; ou então, no extremo oposto, nos mantemos aferrados ao velho nacionalismo protecionista, populista, e anti-estrangeiro. A alternativa de um novo nacionalismo, de um neonacionalismo, semelhante aos dos países ricos apenas começa a emergir.

O Brasil é um país industrializado, mas subdesenvolvido. Nos anos 1950 pensamos que um país que se industrializasse se tornaria automaticamente desenvolvido; nos anos 70 descobrimos que industrialização não implicava em desenvolvimento. Que podíamos alcançar um grau de integração industrial e de sofisticação tecnológica elevados e, no entanto, continuarmos com uma imensa população pobre de excluídos ou marginalizados. Que o subdesenvolvimento industrializado não é apenas caracterizado por um baixo estoque de capital físico e de capital humano por habitante, mas também pelo dualismo estrutural.

Nos anos 1950 aprendemos, com Celso Furtado, que em um país que se tornasse capitalista industrial a acumulação de capital assumiria necessariamente caráter endógeno. Dado isto, o problema era saber se a “revolução industrial” estava de fato ocorrendo, já que Caio Prado Jr. congelara a formação social brasileira no capitalismo mercantil, e Raymundo Faoro, no patrimonialismo estatal. No pólo oposto, eu afirmava, nos anos 1970, que não apenas o Brasil já era um país capitalista industrial, mas que, seguindo uma tendência mundial, a burguesia dividia cada vez mais o poder com uma nova classe, a tecnoburocracia pública e privada, detentora do conhecimento técnico e organizacional.

Nos anos 1980 ficou claro que o Brasil já se tornara plenamente capitalista e que a nova classe média assalariada e profissional era cada vez mais estratégica, mas que o país permanecia ainda dual e, portanto, subdesenvolvido: a industrialização não tornara a acumulação de capital endógena, tanto assim que a crise do Estado que então se define, levava o país à quase-estagnação. Quase-estagnação que, nos anos 1970, deriva uma série de decisões de política econômica, populistas e equivocadas, nos levaram à crise da dívida externa; e que, nos anos 1980 e 1990, se origina em uma nova série de políticas econômicas neoliberais e incompetentes, baseadas no *confidence building*, que retardaram a recuperação da estabilidade macroeconômica tanto quanto as pressões dos grupos de interesse.

Social, Liberal e Nacional

Enquanto o Brasil crescia aceleradamente, entre 1950 e 1980, todos, de esquerda e de direita, eram nacional-desenvolvimentistas. As distinções eram de grau. Quando o desenvolvimentismo entrou em colapso, a velha esquerda se agarrou a ele, enquanto a direita liberal aderiu ao neoliberalismo triunfante. Muitos, entretanto, menos alienados, perceberam que havia uma alternativa. A partir do reconhecimento dos erros envolvidos nos excessos de estatismo e de protecionismo, tornava-se necessária a definição de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento que reconstruísse o Estado brasileiro e ampliasse o espaço coordenador do mercado.

Este seria o caminho da nova centro-esquerda, social-liberal e nacional, que surge na segunda metade dos anos 80. Surge compromissada com as reformas orientadas para o mercado e a reconstrução do Estado. O caminho do social-liberalismo ou do socialismo liberal, entretanto, não seria fácil. É um caminho do meio, um caminho estreito e perigoso,

sempre ameaçado, à esquerda, pelo populismo, e principalmente, à direita, pelo globalismo neoliberal.

O governo de Fernando Henrique Cardoso procurou se identificar com essa social-democracia renovada, liberal e nacional, mas nem sempre o conseguiu. É um governo contraditório, tão contraditório quanto o Brasil. Mas é através dessas contradições que nossa identidade nacional se define e o desenvolvimento se realiza. Contradições que, do lado negativo, se traduzem na alienação nacional que atinge em cheio nossas elites; do lado positivo, no contínuo crescimento da nova classe média profissional e assalariada e no surgimento de uma sociedade civil cada vez mais atuante, que nos fazem depender cada vez menos de elites iluminadas.

Duras Derrotas

Não podemos, entretanto, ficar à espera de uma evolução favorável para essas contradições, porque seu encadeamento pode tanto apontar para o futuro, como pode reforçar seja o cinismo neoliberal e globalista, seja o voluntarismo do velho nacionalismo. Terá a sociedade brasileira capacidade de escapar dessas duas ameaças? Sim, mas, para isto, nossa visão do país, e de como torná-lo mais próspero, mais democrático e mais justo, terá que estar clara.

Amargamos duras derrotas nos últimos 20 anos, mas não se conclua daí que falte aos brasileiros garra para desenvolver o país. Temos um Estado e uma sociedade cada vez mais democráticos. A política de elites, que sempre nos caracterizou, vai aos poucos sendo substituída por uma política de sociedade civil, em que a opinião pública passa a ser decisiva. Por outro lado, a injustiça de nossa distribuição de renda torna-se cada vez mais escandalosa, nossa subordinação internacional, cada vez mais inaceitável.

Por isso ganha força uma interpretação do Brasil que seja social porque se rebela contra a injustiça e fortalece o Estado para combatê-la, que seja liberal porque democrática e baseada na coordenação pelo mercado, e que seja nacional porque voltada para a defesa dos interesses nacionais. Uma interpretação dessa natureza não é uma utopia. É uma visão do Brasil e de nós mesmos que está em toda parte. Que tem um número de defensores muito maior do que se poderia imaginar, porque responde a necessidades vitais da nação brasileira.